

Só Questões



Acerte o alvo!

Concurso Público - Ano 2018

200

QUESTÕES

FUNDAMENTADAS

SOBRE

PROCESSO

ADMINISTRATIVO

LEI 9.784/99

Diferencial Concursos

Wilma G. Freitas

200

Questões fundamentadas
Lei 9.784/99 - Processo Administrativo

APOSTILA AMOSTRA

**Para adquirir a apostila de 200 Questões Fundamentadas da Lei
9.784/99 - Processo Administrativo**

acesse o site:



SUMÁRIO

Apresentação.....	3
Questões.....	4
Respostas.....	79
Bibliografia.....	127

A P R E S E N T A Ç Ã O

O mundo dos concursos públicos tem ganhado uma importância cada vez maior. É surpreendente o número de pessoas que concorrem todos os anos às oportunidades de emprego estável, boas condições de trabalho e salários.

A lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999 – *Lei que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal* - é exigida no conteúdo programático dos editais das principais bancas em diversos concursos públicos.

O estudo por meio de resolução de questões é extremamente importante para o entendimento e a fixação da matéria. Por vezes, a leitura de uma lei a princípio parece fácil, porém, ao se deparar com o caso concreto, surgem as complicações. Nada melhor do que resolver questões, principalmente quando estas possuem comentários objetivos e de fácil compreensão baseados na doutrina, na legislação e na jurisprudência.

A nossa equipe preocupa-se em oferecer ao concursando um material de estudo especialmente criado para prepara-lo e conduzi-lo ao sucesso.

Também garantimos a atualização desta apostila até a data do envio, pois sabemos que as bancas exploram preferencialmente as alterações nas leis durante a elaboração das provas.

Nunca é demais frisar que é a prática de exercícios que fixa o conhecimento e prepara o candidato para reconhecer as armadilhas preparadas pelas bancas organizadoras dos certames, pois muitas vezes conhecer determinado assunto não é suficiente para assimilar a forma como este conhecimento é cobrado nas provas.

A quantidade de questões aliada à qualidade, rapidez no envio e ao compromisso de conduzir o candidato ao sucesso representam todo nosso diferencial.

Wilma G. Freitas

QUESTÕES

1. A respeito do recurso no processo administrativo, analise a veracidade das frases.

- I. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção.
- II. O órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência.
- III. O não conhecimento do recurso impede a Administração de rever de ofício o ato administrativo, mesmo ilegal.
- IV. Acolhida pelo Supremo Tribunal Federal a reclamação fundada em violação de enunciado da súmula vinculante, dar-se-á ciência à autoridade prolatora e ao órgão competente para o julgamento do recurso, que deverão adequar as futuras decisões administrativas em casos semelhantes, sob pena de responsabilização pessoal nas esferas cível, administrativa e penal

Está(ão) correta(s):

- a) I, II. e III
- b) II e III.
- c) I, III, IV
- d) III e IV.
- e) I, II e IV.

2. Complete a lacuna.

Para fins da Lei nº 9.784/99,..... é a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta.

- órgão
- entidade.

3. Marque V, se assertiva for verdadeira, e F, se assertiva for falsa.

É dever do administrado perante a Administração agir de modo temerário.

- VERDADEIRA.
- FALSA.

4. A Lei nº 9.784/99 prevê que a interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação. Trata-se da aplicação do seguinte princípio:

- a) Segurança jurídica.
- b) Eficiência.
- c) Motivação.
- d) Razoabilidade.
- e) Oficialidade.

5. Complete a lacuna.

O processo administrativo pode iniciar-se.....

- a pedido de interessado

- de ofício
 de ofício ou a pedido de interessado.

6. Analise a veracidade das frases.

- I. Quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem conteúdo e fundamentos idênticos, poderão ser formulados em um único requerimento, salvo preceito legal em contrário.
- II. É vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos, devendo o servidor orientar o interesse quanto ao suprimento de eventuais falhas.
- III. Os órgãos e entidades administrativas deverão elaborar modelos ou formulários padronizados para assuntos que importem pretensões equivalentes.

Está(ão) correta(s):

- a) I e II.
b) II e III.
c) II.
d) Todas.
e) I.

7. Marque V, se assertiva for verdadeira, e F, se assertiva for falsa.

É legitimado como interessado no processo administrativo o Ministério Público.

- VERDADEIRA.
 FALSA.

8. Complete a lacuna.

A competência é.....

- () irrenunciável
- () renunciável.

9. Assina a alternativa falsa.

- a) Os órgãos e entidades administrativas divulgarão publicamente os locais das respectivas sedes, e, quando conveniente, a unidade fundacional competente em matéria de interesse especial.
- b) A omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares.
- c) A segurança e a eficiência são uns dos princípios administrativos previstos na Lei nº9.784/99.
- d) Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de maior grau hierárquico para decidir.
- e) O indeferimento de alegação de suspensão poderá ser objeto de recurso, sem efeito suspensivo.

10. Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de:

- a) Três dias, salvo motivo de força maior.
- b) Cinco dias, salvo motivo de força maior.
- c) Sete dias, salvo motivo de força maior.

- d) Dez dias, salvo motivo de força maior.
- e) Quinze dias, salvo motivo de força maior.

RESPOSTAS**1.**

Resposta: E
Comentários:
Art. 65, parágrafo único da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999
Art. 64, caput da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999
Art. 63, § 2º da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999
Art. 64-B da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999

2.

Resposta: Órgão.
Comentários:
Art. 1º, § 2º, I da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999

3.

Resposta: F
Comentários:
Art. 4º, caput, III da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999

4.

Resposta: A
Comentários:
Art. 2º, caput, Parágrafo único, VIII, IX, XIII da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999

5.

Resposta: De ofício ou a pedido de interessado.
Comentários:
Art. 5º da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999

6.

Resposta: D
Comentários:
Art. 8º da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999
Art. 6º, Parágrafo único da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999
Art. 7º da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999

7.

Resposta: F
Comentários:
Art. 9º, caput, I ao IV da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999

8.

Resposta: Irrenunciável.
Comentários:
Art. 11 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999

9.

Resposta: D
Comentários:
Art. 16 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999
Art. 19, parágrafo único da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999
Art. 2º, caput, VIII, IX, XIII da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, Art. 37, caput da CF
Art. 17 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999
Art. 21 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999

10.

Resposta: B
Comentários:
Art. 24, caput da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição (1988): Constitucional de 5 de outubro de 1988. Ed. atual. – Brasília, Planalto, 2018.

MENDES, Gilmar Ferreira e BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 12ª ed. Revista e atualizada. São Paulo: Ed. Saraiva, 2017.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**: 33ª ed. São Paulo. Editora Atlas, 2017.

ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. **Direito Constitucional Descomplicado**. 16ª Ed. rev. Atualizada. Editora Método, 2017.

MOTTA, Sylvio, **Direito Constitucional: Teoria, Jurisprudência e Questões**, 26ª ed. – Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2016.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**, 21ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 30ª Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 42ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 25ª Ed. rev. Atualizada. São Paulo: Método, 2017.

.

DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943: Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992 : Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990: Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

LEI Nº 9.873, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999: Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências.

LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999: Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011: Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

LEI Nº 13.019, DE 31 JULHO DE 2014: Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999.

LEI Nº 13.102, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015: Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999.

DECRETO Nº 8.539, DE 8 DE OUTUBRO DE 2015: Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

LEI COMPLEMENTAR Nº 157, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016: Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), e a Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, que “dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidos, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências”.

COMO ADQUIRIR

30,00	200 QUESTÕES FUNDAMENTADAS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO - LEI 9.784/99
--------------	---

Você pode adquirir essa apostila efetuando o pagamento através de:

A) Depósito em conta

Favorecida: **Vivian Alves Gomes de Freitas**

Banco: **BRADESCO**

Agência: **3065**(Teófilo Otoni-MG)

Conta: **10039-0** (Corrente e poupança)

CPF: **049.774.563-19**

OU

Favorecido: **Vivian Alves Gomes de Freitas**

Banco: **CAIXA**

Agência: **3662** (Teófilo Otoni-MG)

Operação: **013**

Conta: **10964-9** (poupança)

CPF: **049.774.563-19**

E


Favorecido: **Vivian Alves Gomes de Freitas**

Banco: **Banco do Brasil**

Agência: **0099-X** (Cajazeiras)

Conta: **29563-9** (Conta corrente)

CPF: **049.774.563-19**

Envie para o nosso e-mail odiferencialconcursos@bol.com.br ou pelo **WhatsApp: (33) 991155186**  os dados do depósito e o nome da apostila adquirida.

.

B) PAGSEGURO

Acesse o site www.odiferencialconcursos.com.br . Logo abaixo da apostila tem o botão do PAGSEGURO. É só clicar e seguir as instruções.

OBSERVAÇÃO: Depois de concluída a negociação através de depósito ou do PagueSeguro, caso não localize a apostila na sua **CAIXA DE ENTRADA**, favor verificar nas pastas **LIXO, QUARENTENA** ou **SPAM**.

Maiores esclarecimentos:

TIM **041 (33) 99161.3584**

OI **031 (33) 98897-7616**

FIXO: **031 (33) 3522-9494**

WhatsApp: (33) 991155186



E-mail: odiferencialconcursos@bol.com.br

[APROVEITE E BAIXE OUTRAS APOSTILAS AMOSTRAS \(ANEXOS\)](#)